

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em "promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do governo", a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado;

Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos identificados pela AFPR como demandadores de crédito de fomento.

### AMBIENTE ECONÔMICO

As economias mundial e brasileira vivem momentos de incerteza, marcadas por diversas oscilações decorrentes do mercado de ações, das variações cambiais e da queda abrupta do preço do barril de petróleo. A crise que despontou em meados de 2008, como pertencente somente aos Estados Unidos, hoje atinge também o mercado interno.

O Governo brasileiro juntamente com o Banco Central vêm adotando medidas para conter as oscilações cambiais e estimular o crédito com o objetivo de manter o crescimento econômico que o Brasil vinha apresentando, mas pelos números dos últimos meses, percebe-se que o mercado permanece reticente.

Apesar desse cenário mundial, o Paraná tem apresentado índices ascendentes até novembro de 2008 em relação ao ano anterior, com variação positiva de 7,3% no volume de vendas no comércio varejista, impulsionado pela venda de equipamentos de escritório, de informática e de comunicação; apresentou também acréscimo na produção industrial na ordem de 9,87% e na agricultura com aumento de 18,3% na produção.

O Governo do Paraná vem promovendo projetos de infra-estrutura, educação e apoio à agricultura, cabendo à Agência de Fomento do Paraná ofertar soluções financeiras adequadas que contribuam para a elevação da produção e competitividade das empresas paranaenses, para que estas se desenvolvam de forma sustentável.

### RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

No exercício de 2008, a AFPR registrou Lucro Líquido de R\$ 74.784 mil, e rentabilidade de 8,25% sobre o Patrimônio Líquido médio. O retorno sobre os Ativos Totais médios foi de 7,60%, comparando a 6,55% do ano anterior.

O índice de eficiência operacional teve uma leve ascensão, passando de 54,39% em 2007 para 61,83% em 2008, isso denota que há um esforço permanente da empresa na maximização dos resultados.

O Patrimônio Líquido teve um incremento da ordem de 7,13% proveniente do resultado do exercício de 2008 e da capitalização de parte dos Juros sobre Capital Próprio do ano de 2007.

As receitas com as operações de crédito no ano de 2008 apresentaram um acréscimo de 26,00% em comparação ao exercício de 2007, sendo em grande parte alavancadas por operações realizadas com o setor público.

### DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE fixada pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2007, que serviu de orientação para a elaboração do Plano Plurianual – PPA de Investimentos para o período 2008-2011, o papel da AFPR é destacado como fornecedora de recursos para crédito, reconhecendo que não existe desenvolvimento sem o mesmo, pois ele viabiliza projetos de investimentos públicos e privados que geram os efeitos multiplicadores de longo prazo.

Nesse contexto, e em sintonia com outros órgãos do Governo do Estado, a AFPR está desenvolvendo uma série de linhas de crédito para atender aos programas governamentais e outros de iniciativa própria, visando especialmente concentrar seus esforços em ações que reduzam as disparidades regionais, atendendo as regiões socialmente críticas respeitando as características

econômicas locais. Exemplo desse esforço é a disponibilização de financiamentos para os produtores da agricultura familiar e para micro e pequenas empresas, em especial na modalidade de microcrédito. Por outro lado, reconhece a necessidade de apoiar empreendimentos de cunho tecnológico genuinamente paranaenses que tenham condições de avançar a economia do Estado, financiando inicialmente as empresas abrigadas em incubadoras.

A AFPR também participa como membro da Comissão de Financiamento do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, cujo objetivo é a identificação de fontes de recursos, a implementação de programas integrados comuns de financiamento ao desenvolvimento regional e a convergência institucional do crédito ao desenvolvimento no âmbito da região Sul e Mato Grosso do Sul.

### PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Agência prioriza o atendimento aos microempreendimentos formais e informais tendo operado sob a denominação de Banco Social, aos municípios do Estado mediante financiamento a investimentos, bem como implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão.

#### I) Microcrédito

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado desde 2001 mais de R\$ 113,8 milhões através de quase 32 mil contratos beneficiando empreendedores localizados em 353 dos 399 Municípios do Paraná. As liberações foram retomadas no segundo semestre de 2008, atendendo às diretrizes estratégicas do Governo do Estado expressas na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE.

#### II) Financiamentos ao Setor Público

a) **Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM**  
Destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o Paracredito tendo atendido, desde 2002, a 338 municípios, aprovando mais de R\$ 799 milhões através de 1.787 contratos, tendo liberado R\$ 642 milhões até o final de 2008. O capital destacado para operações no referido Sistema chega a R\$ 726 milhões.

b) **Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP**  
Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios, tendo sido destacados inicialmente R\$ 50 milhões para seu atendimento, sendo elevados para R\$ 100 milhões durante o ano de 2008. É também operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paracredito, tendo aprovado até dezembro de 2008, 333 financiamentos a 158 municípios totalizando R\$ 92 milhões contratados e R\$ 68 milhões liberados.

#### III) Programa de Financiamento às Empresas Incubadas - FINTEC

Lançado em maio de 2008, o programa tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas - REPAPTE mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados.

#### IV) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005 com financiamentos do Programa Moderfrola mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira com parceiros do sistema. Em 2007 o público-alvo foi atendido com recursos próprios da instituição conforme identificado no próximo item devido às características dos investimentos, mas a AFPR mantém conversações permanentes com aquela fonte visando a identificação de oportunidades para repassar recursos ao setor produtivo do Estado.

#### V) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais

A Agência de Fomento é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB e da EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais,

estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzem os custos, como o fundo que avalia os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e equalização de taxas de juros. E, em casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendam as necessidades dos agricultores, a AFPR aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários lançado no segundo semestre de 2007. Encontra-se em fase final de elaboração o Programa de Financiamento à Irrigação Noturna, com perspectiva de início da operação durante o exercício de 2009 incorporando o benefício da equalização da taxa de juros pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

#### VI) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamentos citados, a AFPR deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional. Alguns programas, como os destinados a financiar cooperativas de crédito e suas centrais, foram aprovados em 2008 e devem ter as primeiras operações liberadas no exercício de 2009.

#### SERVIÇOS DE GESTÃO DE FUNDOS E COBRANÇA DE ATIVOS

Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a AFPR realiza serviços de gestão operacional e financeira de Fundo de Aval Rural, Fundo de Desenvolvimento Econômico e a atividade de cobrança da carteira de Ativos pertencentes ao Estado do Paraná.

#### I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A AFPR é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para subsidiar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil. O limite estipulado para garantir operações agrícolas é de R\$ 7,9 milhões, valor que avança junto ao parceiro até R\$ 79 milhões em financiamentos concedidos.

#### II) Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

Fundo destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio financeiro às empresas. Na AFPR o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica no Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários como cobertura de equivalência-produto no pagamento de prestações. Futuramente será utilizado no Programa de Irrigação Noturna - PIN, também na equalização de juros em financiamentos concedidos a agricultores familiares por instituições financeiras conveniadas.

#### III) Serviço de Cobrança de Ativos e Gestão de Bens

A Agência efetua também a cobrança da carteira de contratos e a gestão de bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estabelecimento da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE o papel da AFPR como instrumento de desenvolvimento do Estado está claramente delineado, devendo suas ações serem pautadas nessas definições. A formulação da visão da AFPR no contexto estratégico de "Promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do Governo", confirma esse alinhamento com as diretrizes de governo. As ações desenvolvidas em 2008 pela AFPR e registradas no presente Relatório de Administração, demonstram a busca de um harmonioso diálogo entre o papel estratégico definido e ações empreendidas no exercício. Cabe ainda o destaque da execução dessas ações de forma conjunta com as demais instituições públicas do Estado, buscando a unidade governamental e a implementação de suas prioridades, como a atuação nas regiões com menores índices de desenvolvimento, na observação de uma destacada perspectiva social, aspecto prioritário e relevante da Gestão Estadual.

#### A DIRETORIA.

Curitiba, 31 de dezembro de 2008.

## Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - Valores Expressos em Milhares de Reais

Ativo	2008		2007		Passivo	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007		2008	2007	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>	<b>306.067</b>	<b>296.646</b>			<b>CIRCULANTE</b>	<b>69.154</b>	<b>61.057</b>		
DISPONIBILIDADES	43	55			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Notas 03i e 07)	658	1.740		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Notas 03b e 04)	208.019	224.044			REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	658	1.740		
Carteira Própria	208.019	224.044			FINAME	658	1.740		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>97.801</b>	<b>72.217</b>			<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>68.496</b>	<b>59.317</b>		
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	99.459	73.874			<b>COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TÍTULOS E ASSEMBLHADOS</b>	-	1		
Sector Público	96.622	65.081			IOF a Recolher	-	1		
Sector Privado	2.837	8.793			<b>SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>55.137</b>	<b>51.997</b>		
(-) Provisão p/ Operações de Crédito de Liq. Duvidosa (notas 03c, 05d)	(1.658)	(1.657)			Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 10c)	54.889	51.997		
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>166</b>	<b>294</b>			Participações no Lucro Empregados (Nota 09)	248	-		
Impostos e Contribuições a Compensar	-	52			<b>FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>6.749</b>	<b>5.404</b>		
Adiantamento Diversos	164	203			Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Pagar	5.333	4.846		
Devedores Diversos - País	2	39			Impostos e Contribuições a Recolher	816	558		
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>38</b>	<b>36</b>			<b>DIVERSAS</b>	<b>6.610</b>	<b>1.915</b>		
Material em Estoque	32	30			Dotação para Aumento de Capital	2.709	294		
Despesas Antecipadas (Nota 03e)	6	6			Despesas de Pessoal	412	332		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>712.893</b>	<b>651.860</b>			Prov. p/ Passivos Contingentes (Notas 03i e 08)	14	-		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Notas 03b e 04)	241.403	298.088			Cretores Diversos - País (Nota 2)	3.475	1.289		
Carteira Própria	241.403	298.088			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>13.200</b>	<b>12.881</b>		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>468.943</b>	<b>351.884</b>			<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Notas 03i e 07)</b>	<b>1.322</b>	<b>1.709</b>		
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	472.194	353.828			<b>REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b>	<b>1.322</b>	<b>1.709</b>		
Sector Público	464.872	349.114			FINAME	1.322	1.709		
Sector Privado	7.322	4.714			<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>11.878</b>	<b>11.172</b>		
(-) Provisão p/ Operações de Crédito de Liq. Duvidosa (Notas 03c, 05d)	(3.251)	(1.944)			<b>DIVERSAS</b>	<b>11.878</b>	<b>11.172</b>		
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2.547</b>	<b>1.888</b>			Prov. p/ Passivos Contingentes (Notas 03i e 08)	11.878	11.172		
Depósitos em Garantia	2.547	1.888			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)</b>	<b>937.422</b>	<b>875.003</b>		
<b>PERMANENTE (Nota 06)</b>	<b>816</b>	<b>435</b>			Capital	776.177	733.787		
<b>INVESTIMENTOS (Nota 06a)</b>	<b>1</b>	<b>-</b>			De Domiciliados no País	4	3		
Outros Investimentos	1	-			Reservas de Capital	161.241	140.145		
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 03i, 06b)</b>	<b>636</b>	<b>289</b>			Reservas de Lucros	-	1.068		
Outras Imobilizações de Uso	1.248	807			Lucros Acumulados	-	-		
(-) Depreciações Acumuladas	(612)	(518)			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.019.776</b>	<b>948.941</b>		
<b>DIFERIDO (Nota 03g, 06c)</b>	<b>179</b>	<b>146</b>							
Gastos em Imóveis de Terceiros	36	-							
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Locais	221	162							
(Amortização Acumulada)	(78)	(16)							
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.019.776</b>	<b>948.941</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Resultado

### Valores Expressos em Milhares de Reais

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>62.133</b>	<b>116.625</b>	<b>107.494</b>	
Operações de Crédito	30.910	57.675	45.775	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	31.223	58.950	61.719	
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.138)</b>	<b>(2.219)</b>	<b>(2.436)</b>	
Operações de Empréstimos e Repasses	-	(168)	(368)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.138)	(2.051)	(2.068)	
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>60.995</b>	<b>114.406</b>	<b>105.058</b>	
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(16.596)</b>	<b>(28.010)</b>	<b>(35.925)</b>	
Receitas de Prestação de Serviços	-	-	77	
Despesas de Pessoal	(3.426)	(6.528)	(5.721)	
Outras Despesas Administrativas	(10.875)	(16.555)	(14.368)	
Despesas Tributárias	(2.923)	(5.481)	(5.161)	
Outras Receitas Operacionais	1.817	2.671	379	
Outras Despesas Operacionais	(1.189)	(2.117)	(1.131)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>44.399</b>	<b>86.396</b>	<b>69.133</b>	
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>44.399</b>	<b>86.396</b>	<b>69.133</b>	
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>3.409</b>	<b>(11.364)</b>	<b>(9.820)</b>	
Provisão para Imposto de Renda	2.554	(8.304)	(7.176)	
Provisão para Contribuição Social	855	(3.060)	(2.644)	
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>(248)</b>	<b>(248)</b>	<b>-</b>	
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>47.560</b>	<b>74.784</b>	<b>59.313</b>	
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>54.890</b>	<b>54.890</b>	<b>51.998</b>	
Número de Ações:	<b>776.177</b>	<b>776.177</b>	<b>733.787</b>	
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	<b>61,27</b>	<b>96,35</b>	<b>80,83</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores Expressos em Milhares de Reais

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			ÁGIO P/ SUBS. AÇÕES	RESERVAS DE LUCROS	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
<b>A - SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2007</b>	<b>665.074</b>	<b>18.713</b>	<b>3</b>	<b>15.656</b>	<b>117.174</b>	<b>1.087</b>	<b>817.707</b>	
1. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	(19)	(19)	
2. AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	
- Subscrição de Ações	50.000	-	-	-	-	-	50.000	
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	18.713	(18.713)	-	-	-	-	-	
3. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	59.313	59.313	
4. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	
- Reservas de Lucros	-	-	-	2.966	4.349	(7.315)	-	
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	(51.998)	(51.998)	
<b>B - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>733.787</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>18.622</b>	<b>121.523</b>	<b>1.068</b>	<b>875.003</b>	
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)</b>	<b>68.713</b>	<b>(18.713)</b>	<b>-</b>	<b>2.966</b>	<b>4.349</b>	<b>(19)</b>	<b>57.296</b>	
<b>A - SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2008</b>	<b>733.787</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>18.622</b>	<b>121.523</b>	<b>1.068</b> </		

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2008 - Valores Expressos em Milhares de Reais

## continuação

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, sendo controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

d) **Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:**  
Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, obedecidas as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00 do CMN.

Face à característica do crédito concedido e à baixíssima inadimplência da carteira, a instituição optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99.

e) **Despesas Antecipadas:**  
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registradas no ativo considerando o princípio da competência.

Os pagamentos antecipados correspondem à parcela já paga de assinaturas de boletins informativos e prêmios de seguros.

f) **Imobilizado de Uso:**  
Está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais abaixo descritas:

Equipamentos de Uso.....	10%
Sistema de Comunicação.....	10%
Sistema de Processamento de Dados.....	20%

g) **Diferido:**

Os gastos diferidos correspondem a benfeitorias em imóveis de terceiros e a gastos com aquisição e desenvolvimento de locais, foram constituídos até 30/09/2008. Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

h) **Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – (Impairment):**  
É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

A partir do exercício de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisitos, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

i) **Atualização Monetária de Obrigações:**  
As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.

j) **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:**  
A AFPR está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto.

Os valores provisionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerentes a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:

- Imposto de Renda.....	15,00%
- Adicional de Imposto de Renda (1).....	10,00%
- Contribuição Social.....	9,00%

(1) calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00 mensais.

**NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
Em 31 de dezembro, a carteira própria está composta da seguinte forma:

	2008	2007
<b>Livres</b>		
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>449.422</b>	<b>522.132</b>
Letras Financeiras do Tesouro	336.252	323.336
Contas de Fundos de Investimentos	113.170	198.796
<b>Total da Carteira Própria</b>	<b>449.422</b>	<b>522.132</b>
Curto Prazo	208.019	224.044
Longo Prazo	241.403	298.088

**NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
Em 31 de dezembro, a carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

a) **Composição por setor de atividade econômica:**

	2008	2007
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>570.595</b>	<b>426.692</b>
Até 180 dias	47.205	36.892
De 181 a 360 dias	51.196	35.972
Acima de 360 dias	472.194	353.828
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>1.058</b>	<b>1.010</b>
Até 60 dias	94	520
De 61 a 180 dias	856	330
Acima de 180 dias	108	160
<b>Total da Carteira</b>	<b>571.653</b>	<b>427.702</b>

b) **Composição por nível de risco:**

	2008	2007
<b>Setor Privado</b>	<b>10.159</b>	<b>13.507</b>
Rural	2.797	3.017
Indústria	218	825
Comércio	607	3.784
Outros Serviços	410	3.668
Pessoas Físicas	6.127	2.213
<b>Setor Público</b>	<b>561.494</b>	<b>414.195</b>
Administração Direta Municipal	561.494	414.195
<b>Total da Carteira</b>	<b>571.653</b>	<b>427.702</b>

c) **Composição por nível de risco:**

Classificação de Risco	Total das Operações	% Part.	Provisão %	2008		2007	
				Valor da Provisão	Valor da Provisão	Valor da Provisão	Valor da Provisão
AA	27.291	4,77	-	-	-	-	
A	420.243	73,51	0,5	2.101	1.757	1.757	
B	105.487	18,45	1,0	1.055	445	445	
C	16.275	2,85	3,0	488	62	62	
D	41	0,01	10,0	4	28	28	
E	933	0,16	30,0	280	157	157	
F	783	0,14	50,0	391	81	81	
G	33	0,01	70,0	23	115	115	
H	567	0,10	100,0	567	956	956	
<b>Total</b>	<b>571.653</b>	<b>100,00</b>		<b>4.909</b>	<b>3.601</b>	<b>3.601</b>	

d) **Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:**

	Dez/2008	Dez/2007
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>3.601</b>	<b>2.218</b>
Constituição Provisão	2.051	2.068
Créditos Baixados para Prejuízo	(743)	(685)
<b>Saldo no Fim do Período</b>	<b>4.909</b>	<b>3.601</b>

e) **Créditos renegociados e recuperados:**

Discriminação	Dez/2008	Dez/2007
Renegociação	311	545
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo	490	519

As operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses são controladas em contas de compensação em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 2.682, de 21/12/99, do CMN. No exercício de 2008 foi baixado para a conta de compensação "Baixa de Créditos de Liquidação Duvidosa" o montante de R\$ 743 mil (R\$ 685 mil em 2007), sendo que em 31/12/08 o saldo acumulado dessas operações é de R\$ 3.763 mil (R\$ 3.633 mil em 2007), atualizados segundo condições contratuais, para os quais a instituição vem desenvolvendo esforços de cobrança.

**NOTA 06 – ATIVO PERMANENTE**

a) **Investimentos:**  
Em investimentos estão registrados os valores gastos para o registro da marca da AFPR, no montante de R\$ 0,64 mil.

b) **Imobilizado de Uso:**

Móveis e Equipamentos de Uso	2008			2007		
	(*) Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
10%	683	(152)	531	531	132	132
10%	16	(9)	7	7	8	8
20%	549	(451)	98	98	149	149
<b>Total</b>	<b>1.248</b>	<b>(612)</b>	<b>636</b>	<b>636</b>	<b>289</b>	<b>289</b>

(*)	Custo	2008		2007	
		Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos em Imóveis de Terceiros	20%	36	(3)	33	-
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Locais	20%	221	(75)	146	146
<b>Total</b>		<b>257</b>	<b>(78)</b>	<b>179</b>	<b>146</b>

(\*) - Taxa anual de depreciação e amortização.

**NOTA 07 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

Refere-se a obrigação de repasse junto ao BNDES, com financiamento do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA. É operado em parceria com o Banco CNH S.A., mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira.

O valor dessa obrigação é de R\$ 1.980 mil em 31/12/2008 (R\$ 3.449 mil em 31/12/2007), incidindo taxas de juros de 6,80% a.a. e 9,80% a.a., até 15/07/2008, e após esta data os saldos passaram a ser corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de 1% a.a. As amortizações junto ao BNDES têm periodicidade semestral, e são vinculados aos prazos dos contratos dos mutuários, com vencimento final em 15/01/2012.

Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão de intermediação.

Em 2008 foi editada a Lei nº 11.775/08 que institui medidas relativas à liquidação ou regularização do endividamento agrícola das parcelas de 2008, e trata da repactuação das taxas das operações contratadas até 30/06/07, substituindo a taxa pré-fixada por taxa variável composta pela TJLP mais taxa fixa de 3,25% ao ano, para contratações lastreadas em recursos repassados pelo BNDES, respeitado o limite da taxa de juros originalmente pactuada por ano.

Adicionalmente, em julho de 2008, o BNDES emitiu a Carta-Circular conjunta SUP/AOI 196/2008 e SUP/AF 27/2008 regulamentando o cronograma de prazos para a retomada do recolhimento das prestações devidas em operações no âmbito dos Programas Agropecuários do Governo Federal lastreadas em recursos repassados pelo BNDES pelos agentes financeiros. Atendendo esta regulamentação a Instituição efetuou recolhimento das prestações citadas acima, na ordem de R\$ 973 mil em 15/08/2008 e R\$ 513 mil em 28/11/2008.

**NOTA 08 – PROVISÕES PARA PASSIVOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS**

A AFPR é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

a) **Ações Trabalhistas:**

A Instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por terceirizados bolsistas do CITPAR, que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", verbais, as quais, excluindo-se o primeiro, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. No exercício em curso houve a reversão de provisão no montante de R\$ 914 mil.

b) **Ações Cíveis:**

A Instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela AFPR contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Não há prolação de sentença e a Instituição requer produção de prova pericial. O valor atualizado da ação soma R\$ 905 mil sendo integralmente provisionado, considerando a expectativa de perda provável pela área jurídica da instituição.

A Instituição é parte também em ações aforadas visando à reparação de danos morais por registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito. O valor atualizado da provisão das referidas ações monta em R\$ 45 mil julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

c) **Ação Fiscal – Municipal:**

Em dezembro de 2006 a Instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam a cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Crédito dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão AFPR, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a AFPR/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, tendo sido julgado em sua grande maioria improcedente. Em janeiro de 2008 a AFPR apresentou recurso contra a decisão que será apreciado pela Junta de Recursos Administrativos Tributários. No início de 2007 o município de Curitiba ajuizou execução fiscal da dívida ativa – autos 72059/2007 em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública – Falências e Concordatas de Curitiba, sendo que esta AFPR apresentou exceção de pré-executoriedade a qual aguarda julgamento.

Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Administração decidiu pela constituição de provisão no valor integral, que atualizados até dezembro de 2008 somam R\$ 10 milhões.

d) **Movimentação das Provisões Constituídas:**

	01/01/2008 a 31/12/2008			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	
Saldo no Início do Exercício	1.591	707	8.874	11.172
Constituição no Período	337	248	1.129	1.714
Reversão no Período	(914)	-	-	(914)
Baixas por Pagamento	(75)	(5)	-	(80)
<b>Saldo no Final do Exercício</b>	<b>939</b>	<b>950</b>	<b>10.003</b>	<b>11.892</b>

**NOTA 09 – PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS**

A Administração aprovou proposta de Acordo Coletivo de Trabalho sobre Participação nos Lucros e/ou Resultados – PLR para o exercício de 2008, celebrado entre a AFPR e seus empregados contratados mediante concurso público. Este acordo foi celebrado dentro da legislação pertinente e observados os dispositivos legais do Decreto Estadual nº 1.978/07.

Para a apuração do valor foram estabelecidas metas como parâmetro de desempenho que se atingidas propiciariam a participação dos empregados nos resultados. A média geral estipulada pela empresa dos indicadores foi atingida, o que proporcionará o pagamento de 2 salários nominais para cada empregado. No exercício de 2008 foi provisionado o montante de R\$ 248 mil.

**NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital Social:**

O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/08 é de R\$ 776.177 mil (R\$ 733.787 mil em 31/12/07), representado por 776.177 (733.787 em 31/12/07) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Por deliberação da Assembleia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) **Aumento de Capital:**

Conforme Ata da 37ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02/05/08, foi aprovada a elevação do Capital Social em R\$ 42.390 mil, mediante incorporação de Juros sobre o Capital Próprio oriundos do exercício de 2007, sendo R\$ 42.383 mil pelo acionista majoritário - Estado do Paraná e R\$ 7 mil pelo acionista minoritário - Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR.

O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 19/09/2008, através da correspondência DEORF/GTCUR-2008/9645.

c) **Juros sobre o Capital Próprio e Destinação do Lucro Líquido do Exercício:**

Conforme deliberação em Assembleia Geral a Instituição efetuou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, imputando-os aos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 54.890 mil, calculados conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Para fins de divulgação das demonstrações contábeis, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil, os referidos juros constam como destinação de resultado, diretamente na demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, na rubrica Lucros Acumulados.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Estatuto Social da AFPR, a destinação do Lucro Líquido do Exercício é como segue:

Descrição	Dez/2008	Dez/2007
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>74.784</b>	<b>59.313</b>
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	133	-
Constituição Reserva Legal - 5%	3.739	2.966
Constituição Reserva Estatutária - Até 70%	-	-
Para Aumento de Capital	16.288	4.349
Juros s/ Capital Próprio Imputados aos Dividendos	54.890	51.998

d) **Ajuste em Lucros / Prejuízos Acumulados:**

Durante o exercício de 2008, foram efetuadas conciliações nas bases de cálculos do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, referentes aos exercícios de 2004 e 2005, e foram detectados erros nos cálculos das respectivas bases, os valores pagos a maior foram compensados durante o exercício e foram atualizados pela Taxa SELIC no montante de R\$ 115 mil, que foram registradas no grupo de "Outras Receitas Operacionais", já os valores apurados como devidos foram recolhidos em atraso, resultando em pagamento de multas e juros no montante de R\$ 33 mil, os quais foram registrados no grupo de "Outras Despesas Operacionais".

Abaixo está demonstrada a composição dos valores em Ajuste de Exercícios Anteriores:

Descrição	2008
<b>Ajuste de Exercícios Anteriores</b>	<b>133</b>
Ajuste IRPJ + Adicional - Ano base 2004 e 2005	100
Ajuste CSLL - Ano base 2004 e 2005	35
Ajuste PIS/PASEP e COFINS - Ano base 2004 e 2005	(2)

**NOTA 11 – COBERTURA DE SEGUROS**  
A AFPR mantém seguro para cobertura de seu Imobilizado de Uso no montante de R\$ 530 mil com vigência até 10/10/2009 e para seus Veículos no montante de R\$ 41 mil com vigência até 05/04/09 julgados suficientes para fazer face a eventuais sinistros.

**NOTA 12 – ACORDO DE BASILÉIA**  
O Índice de Basileia da AFPR, em 31/12/2008, foi apurado segundo critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente. Abaixo segue quadro demonstrativo, conforme regulamentação em vigor: